

**O JORNAL “ATÉ QUE...”: UMA ANÁLISE POLÍTICA NO IMPRESSO DA
DIOCESE DE PALMAS-FRANCISCO BELTRÃO**

**THE JOURNAL “UNTIL...”: A POLITICAL ANALYSIS IN THE PRINT OF THE
DIOCESE OF PALMAS-FRANCISCO BELTRÃO**

Recebido em: 25/06/2020

Aceito em: 10/10/2020

Pâmela Pongan¹

Resumo: O presente tem por finalidade analisar a *coluna do Pastor* e a postura política adotada por Dom Agostinho José Sartori, bispo diocesano de Palmas, no jornal *Até que...*, ao longo do ano de 2002, partindo da prerrogativa de que este seja um dos mais relevantes jornais da região Sudoeste do Paraná com um vasto número de assinantes. Embora correspondendo a um jornal religioso, mantinha dentre suas páginas questões políticas, as quais eram externas e também internas do país, apontadas pelo próprio bispo, essas unidas a suas opiniões a respeito do assunto em tema de cada edição. Partindo deste contexto, buscou-se, por meio da metodologia da análise de conteúdo, através da visão quantitativa e qualitativa, identificar e compreender o discurso político que Dom Agostinho defendia bem como a influência deste ao povo sudoestino, devido ao fato de jornal ter por intuito não apenas informar, mas também formar os fiéis leitores.

Palavras-chave: Igreja Católica; Imprensa; Jornal *Até que...*; Sudoeste do Paraná; Política.

Abstract: The present has as a criterion the Pastor's column and the policy adopted by Dom Agostinho José Sartori, diocesan bishop of Palmas, in the newspaper *Até que...*, throughout 2002, starting from the prerogative that this is one of the most relevant Newspapers of the Southwestern Paraná with a vast number of subscribers. Although it corresponds to a religious newspaper, it kept among its pages political issues, such as which were external and also internal to the country, pointed out by the bishop himself, these united with his opinions regarding the theme of each edition. Starting from this context, it was sought, through the content analysis methodology, through the quantitative and qualitative vision, to identify and understand the political discourse that Dom Agostinho defended as well as the influence of this people to the sudoestino, due to the fact that the newspaper has for not only to inform, but also to train faithful readers.

Keywords: Catholic Church; Press; Newspaper *Até que...*; Southwest of Paraná; Politics.

INTRODUÇÃO

A utilização da imprensa quanto fonte e objeto de pesquisa em História tem seu início na década de 1970. Segundo Leite (2014), embora houvesse um reconhecimento da importância

¹ Graduada em História Licenciatura pela Universidade Paranaense - UNIPAR. Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação de História da Universidade de Passo Fundo – PPGH/UPF, com bolsa CAPES. Doutoranda em História pelo Programa de Pós-Graduação de História da Universidade de Passo Fundo – PPGH/UPF, com bolsa CAPES. Membro do grupo de pesquisa “Núcleo de História Política e Instituições (NUHPI)”. E-mail: ppongan@hotmail.com

dos impressos, devido a sua introdução e difusão no país desde o século XIX, houve resistência por grande parte dos historiadores em escrever a História por meio da imprensa, o que resultou a este período uma pequena quantidade de pesquisas que tinham como fonte jornais e revistas com o objetivo de conhecer a história do Brasil.

Para trazer à luz o acontecido, o historiador, livre de qualquer envolvimento com seu objeto de estudo e senhor de métodos de crítica textual precisa, deveria valer-se de fontes marcadas pela objetividade, neutralidade, fidedignidade, credibilidade, além de suficientemente distanciadas de seu próprio tempo. [...] Nesse contexto, os jornais pareciam pouco adequados para a recuperação do passado, uma vez que essas “enciclopédias do cotidiano” continham registros fragmentários do presente, realizados sob o influxo de interesses, compromissos e paixões. Em vez permitirem captar o ocorrido, dele forneciam imagens parciais, distorcidas e subjetivas (LUCA, 2005, p. 112).

No Brasil, na primeira metade do século XX, os historiadores adotaram duas posturas diante do jornal quanto fonte/documento histórico:

Com desprezo, ao considerar os periódicos como fontes suspeitas, portanto sem validade; ou com enaltecimento, ao encarar o jornal como repositório da verdade, considerando as notícias como relatos fidedignos dos acontecimentos registrados (CAPELATO, 1988, p. 18).

Estas posições passaram a ser criticadas ainda na segunda metade do século XX, entrando em decadência junto com a “noção de documento como espelho da realidade, da verdade e da objetividade” (CAPELATO, 1988, p. 19).

Com a terceira geração dos *Annales*, a renovação marxista e principalmente as contribuições de Michel Foucault, a historiografia abre-se à proposta de novos objetos, problemas e abordagens. A interação com outras ciências humanas e a expansão do campo de possibilidades de pesquisas dos historiadores, fruto da renovação temática, segundo de Leite (2014, p. 824), “trouxeram contribuições metodológicas importantes para a História, além de forçar o historiador a repensar as fronteiras de sua própria disciplina, assim como a própria concepção e análise crítica dos documentos”.

O historiador inglês Peter Burke (1992), afirmou que se os historiadores estão mais preocupados do que seus antecessores com uma maior variedade de atividades humanas, devem examinar uma variedade maior de evidências. Esta ampliação das temáticas e abordagens contribuiu para a expansão do universo das fontes, e a imprensa que antes era tida como fonte suspeita e sem credibilidade, passou a ser considerada como um material de pesquisa valioso e uma das principais fontes de informação e pesquisa histórica. O estudo da fonte jornalística permitiu ampliar os

horizontes para novas reflexões e problemáticas nos conhecimentos sobre as sociedades do passado. A imprensa oferece amplas possibilidades para isso. A vida cotidiana nela registrada em seus múltiplos aspectos, permite compreender como viveram nossos antepassados – não só os “ilustres”, mas também os sujeitos anônimos (LEITE, 2014, p. 824).

Acompanhando tais transformações, a imprensa se mostrou uma importante ferramenta para o trabalho do historiador. Mas, acima de tudo, o historiador deve buscar compreender a sua fonte para melhor interpretá-la. Barbosa (2008), conforme citado por Oliveira (2011, p. 126), aponta a questão das duas “temporalidades”, ou seja, “entre a imprensa que relatou o acontecimento no momento em que este aconteceu e o historiador que o reinterpreta no futuro”.

Na verdade, o que aproxima o ofício do jornalista ao trabalho do historiador é o olhar com que deve focar os fatos. Não se procura a *verdade* dos fatos, mas tão somente interpretar, para, a partir de uma interpretação – onde não se nega a subjetividade de quem a realiza – tentar registrar um instante, no caso do jornalismo, ou recuperar o instante, no caso do historiador (BARBOSA, 2008, p. 87 apud OLIVEIRA, 2011, p. 126).

Ainda, conforme a autora, “tanto o jornalista quanto o historiador realizam reinterpretações; a diferença é que o primeiro acredita estar construindo a história do presente, e o segundo acredita estar, com a sua reinterpretação do passado, entendendo o hoje” (BARBOSA, 2008, p. 88 apud OLIVEIRA, 2011, p. 126).

Ao selecionar o texto jornalístico como sua fonte de pesquisa, o historiador deve levar em conta que sua fonte não é um documento “puro e cristalino” que contenha todas as verdades. É importante dialogar com essas fontes, fazer entrecruzamentos com outras informações e, às vezes, buscar as razões do seu silêncio ou de sua omissão (OLIVEIRA, 2011, p. 126).

Então, o historiador/pesquisador, a partir do conhecimento dos fatores que embasam e constroem um texto jornalístico, deve manter um diálogo permanente com o jornal que é seu objeto ou fonte de pesquisa, para analisar e compreender o passado em questão da melhor maneira possível.

O jornal é uma verdadeira mina de conhecimento: fonte de sua própria história e das situações mais diversas; meio de expressão de ideias e depósito de cultura. Nele encontramos dados sobre as sociedades, seus usos e costumes, informes sobre questões econômicas (CAPELATO, 1988, p. 21).

De acordo com Espig (1998), o historiador está obrigado a ter esse cuidado porque a imprensa não informa a história; não adianta retirar dados referentes à sua pesquisa das páginas do jornal e considerar seu trabalho concluído; “Sobre o jornal devem incidir reflexões metodológicas que possibilitem uma leitura mais competente, através da qual se possa desvendar cuidadosamente o que é importante dentro de determinado assunto” (p. 274).

Segundo Remond (1996), a imprensa não pode ser estranha à vida real. Seria uma interpretação abstrata não levar em consideração as paixões, os impulsos, as motivações morais, até mesmo os desinteresses, e que, propriamente falando, desencarnam. Porém, o autor deixa o alerta, que ao trabalhar com a análise de imprensa deve-se tomar cuidado, pois:

O estudo das relações de poder, conflitantes e convergentes, entre os meios de comunicação e o Estado, entre os meios de comunicação e as Instituições de poder, entre os meios de comunicação e a nação como um todo, não deve se furtar a considerar as instituições de comunicação em si mesmas. A história política sabe hoje melhor que outrora o partido que pode tirar do estudo de pequenas comunidades não políticas – todos esses pequenos universos merecem ser estudados pelas decisões e influências políticas que os compõem, porque na vida cotidiana de um jornal, de uma rádio, de uma televisão, se reflete constantemente a vida política do país (REMOND, 1996, p. 224-225).

“Com a ampliação do conceito de fonte, os estudos históricos passam a incorporar de forma crescente os jornais como fonte e objetos de pesquisa histórica” (LIMA, 2014, p. 824). Assim, segundo o autor, a importância da imprensa periódica na historiografia contemporânea torna-se cada vez mais evidente, a relação estreita entre História e Imprensa nas últimas décadas, tem contribuído de forma significativa para o conhecimento histórico das sociedades do passado, o que levou os historiadores a renovarem seus olhares e readaptarem seus posicionamentos e métodos frente a fonte jornalística.

Neste contexto, surgem variadas metodologias de análise de fonte jornalística, entre as quais optamos para esta pesquisa pela metodologia da Análise de Conteúdo de Laurence Bardin, de 1977, que se trata de “um conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais sutis em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a ‘discursos’ (conteúdos e continentes) extremamente diversificados” (BARDIN, 2016, p. 15) e bastante utilizado no estudo das comunicações.

Assim, segundo Meireles e Cendón,

A análise de conteúdo pode ser definida como um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores que permitam a inferência de conhecimentos

relativos às condições de produção e recepção destas mensagens. Caracteriza-se, assim, como um método de tratamento da informação contida nas mensagens (2010, p. 78).

Esta metodologia permite abordagens quantitativas e qualitativas:

Na análise quantitativa, o que serve de informação é a *frequência* com que surgem certas características do conteúdo. Na análise qualitativa é a *presença* ou *ausência* de uma característica de conteúdo ou de um conjunto de características num determinado fragmento de mensagem que é tomada em consideração (BARDIN, 2016, p. 27).

Um procedimento que, de acordo com Bardin, contribui para “lutar contra a evidência de um saber subjetivo”, para superar as incertezas advindas de visões pessoais do pesquisador e ir além das aparências a partir da

[...] descoberta de conteúdos e de estruturas que confirmam (ou infirmam) o que se procura demonstrar a propósito das mensagens, ou pelo esclarecimento de elementos de significações suscetíveis de conduzir a uma descrição de mecanismos de que *a priori* não possuíamos a compreensão (BARDIN, 2016, p. 35).

A análise de conteúdo ao mesmo tempo que permite descobertas, pela sua função heurística, possibilita a confirmação ou negação das hipóteses ou proposições, por meio da análise sistemática de provas que poderão ser verificadas. Assim, segundo Meireles e Cendón (2010, p. 78), para fazer uso deste método de análise “é necessária a criação de categorias relacionadas ao objeto de pesquisa. As deduções lógicas ou inferências que serão obtidas a partir destas serão responsáveis pela identificação das questões relevantes contidas no conteúdo das mensagens”.

A definição das categorias é um momento crucial deste processo, pois elas são como uma espécie de gavetas ou rubricas significativas que permitem a classificação dos elementos de significação constitutivos da mensagem. É, portanto, um método taxonômico bem concebido para satisfazer os colecionadores preocupados em introduzir uma ordem, segundo certos critérios, na desordem aparente (BARDIN, 2016, p. 43).

Para fazer as descobertas, confirmações e inferências é necessário realizar a descrição dos conteúdos e tirar “partido do tratamento das mensagens que manipula para *inferir* (deduzir de maneira lógica) conhecimentos sobre o emissor da mensagem ou sobre o seu meio, por exemplo” (BARDIN, 2016, p. 45).

O analista trabalha com palavras que, isoladas, podem atribuir relações com a mensagem ou possibilitar que se faça inferência de conhecimento a partir da mensagem. A leitura do pesquisador responsável pela análise não é, portanto, uma leitura à letra, mas o realçar de um sentido que se encontra em segundo plano (BARDIN, 2016).

Em sua avaliação, um conjunto de categorias boas apresentam as seguintes características: exclusão mútua, homogeneidade, pertinência, objetividade, fidelidade e produtividade. Sendo que “um conjunto de categorias é produtivo se fornece resultados férteis: em índices de inferências, em hipóteses novas e em dados exatos” (BARDIN, 2016, p. 150).

Este instrumental metodológico polimorfo e polifuncional caracteriza-se fundamentalmente como um *exercício de desocultação* fornecendo-nos uma melhor “descrição” dos textos e permitindo-nos avançar para além das significações primeiras dos discursos e escapar dos perigos da compreensão espontânea (ZICMAN, 1985, p. 94).

A metodologia de Bardin se organiza em três etapas: 1) pré-análise, 2) exploração do material e 3) tratamento dos resultados, inferência e interpretação (BARDIN, 2016).

Torna-se importante ressaltar que para fins desta pesquisa, adotou-se sequência de passos para realização da análise de conteúdo preconizada por Bardin (2016), tendo em vista que se forem seguidas com rigor, poderão conduzir a resultados profícuos e confiáveis. Assim, a análise de conteúdo permite se distanciar de uma historiografia ingênua, com crença na transparência de dados.

O JORNAL ATÉ QUE... E A COMUNICAÇÃO NA IGREJA DIOCESANA DE PALMAS – FRANCISCO BELTRÃO

Por 32 anos, circulou na região Sudoeste do Paraná, em escala regional um jornal de base religiosa: o *Até que...* (Palmas, 1985-2017), idealizado e estruturado por Dom Agostinho José Sartori, segundo Bispo da Diocese de Palmas – Francisco Beltrão, que abrange toda a região sudoestina paranaense. Este tinha por objetivo integrar de “forma rápida e eficiente a Sede da Diocese e as 34 paróquias, com 692 capelas, com os seus 18.725km² e seus 650.000 filhos que tem o direito de ouvir a voz de seu Pai e Pastor” (COLETÂNEA DE DOCUMENTOS HISTÓRICOS ALUSIVOS À DIOCESE E A DOM AGOSTINHO JOSÉ SARTORI - TOMO I, 2004, p. 403).

Tendo seu primeiro exemplar em janeiro de 1985, com distribuição mensal, a sua circulação foi implementada na medida em que as condições permitiram, embora viessem a

maior alcance posteriormente, chegando a todo o território diocesano. O periódico inicialmente foi composto de forma bastante artesanal e com tiragem reduzida. Podendo, assim, ser considerado uma ampliação dos canais de comunicação com as paróquias para além das Cartas Pastorais.

Com o investimento na produção do jornal, este passa a ser impresso na sede diocesana, localizada na cidade de Palmas/PR, em melhor material, além de conter imagens e capa coloridas. Isso também pode ser considerado resultado da cobrança da assinatura do mesmo, a partir do segundo ano de sua existência, já que no início ele era distribuído gratuitamente entre os fiéis nas paróquias durante as celebrações religiosas.

Para estimular as assinaturas, o bispo diocesano emite orientações ao clero para que orientem seus paroquianos a adquirirem o jornal, além de as últimas edições gratuitas estimularem essa ação através de anúncios assinados pelo próprio Dom Agostinho. Assim, o jornal passa a ser de tiragem mensal, com sede própria para sua confecção e editoração.

O segundo bispo de Palmas, Dom Agostinho José Sartori, foi nomeado e empossado em 1970, tendo um dos bispados mais longos da Igreja no Brasil, permanecendo à frente da Diocese até o ano de 2005, sendo afastado ao ser diagnosticado com doença de Alzheimer e Parkinson, após ter dedicado trinta e cinco anos de sua vida e de seu ministério à região Sudoeste do Paraná.

José Benito Sartori, posteriormente seria Dom Agostinho José Sartori, nasceu em Linha Bonita, município de Capinzal, Estado de Santa Catarina, em 29 de maio de 1929. Aos nove anos de idade, José foi levado para o Seminário da Ordem dos Capuchinhos por Frei Constantino, por vontade de seus pais, onde permaneceu até 23 de dezembro de 1944, quando se transfere, por decisão própria, para o Noviciado dos Padres Capuchinhos, localizado na cidade de Boitiatuba onde ainda pequeno havia iniciado seus estudos.

No ano de 1946, entrou no Convento das Mercês, na mesma Ordem, localizado também na cidade de Curitiba, onde iniciou os estudos seminarísticos, voltados a sua formação quanto religioso, cursando o Estudo Filosófico e Estudo Teológico, formando-se em 1954. Neste período, em 15 de agosto de 1952, ele recebeu de Dom Manuel da Silveira D'Elboux, Arcebispo de Curitiba, a Primeira Ordem do Presbiterato, que “confirmava a vocação do pequeno menino catarinense e realizado, aos vinte e dois anos, seu grande sonho de tornar-se Padre” (NAZARO, 2011, p. 31). Agora, como padre, adotou o nome de Agostinho. Ordenado aos vinte e dois anos de idade, destacou-se no meio eclesial, pois tinha a idade menor do que a exigida pela Igreja para ordenação, sendo justificado como consequência de sua dedicação.

Nomeando-se Frei Agostinho, permaneceu próximo do Arcebispo Dom Miguel, da Arquidiocese de Curitiba, ajudando a organizar a Igreja no Paraná com os movimentos que passaram a se levantar dentro da Igreja, que seriam solucionados pelo Concílio Vaticano II.

Nos anos seguintes a sua ordenação, Frei Agostinho passou a lecionar no próprio Convento das Mercês a disciplina de Teologia Moral para as turmas iniciantes do curso, além de ser professor de Filosofia no Seminário Menor, em Curitiba. “Ele continuou ministrando aulas até 1958, quando foi enviado para Roma” (NAZARO, 2011, p. 55), para cursar o Mestrado em Direito Canônico na Pontifícia Universidade Gregoriana. Sobre o envio a Roma, descreve em seu diário: “Nunca expressei desejo de ir para Roma, mas era um dos poucos que falava bem o latim e o italiano” (SARTORI, 1958, s/p.). Esta formação deu ao Frei Agostinho a possibilidade de atuar nos Tribunais Eclesiásticos da Igreja e interferir em questões que envolviam as leis católicas.

Frei Agostinho retornou de Roma em 28 de fevereiro de 1961, se estabelecendo novamente em Curitiba, onde foi Professor de Filosofia; Professor de Moral e Direito Canônico; Vice-Reitor do Seminário da Ordem; Reitor dos Teólogos; Reitor do Instituto Teológico de Curitiba; Secretário e Presidente da Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB) do Paraná; Subsecretário do Regional do Sul 2 da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB); Ministro Provincial dos Capuchinhos da Província dos Estados de Paraná e de Santa Catarina (PRESC). (NAZARO, 2011, p. 55).

Exerceu todas essas atividades desde seu retorno para o Brasil até sua nomeação episcopal para a Diocese de Palmas – Francisco Beltrão em 16 de fevereiro de 1970, após ser indicado por diversos Bispos que conheciam o trabalho eclesial que realizou nas paróquias por onde passou e nas diversas instituições religiosas que fez parte.

Dom Agostinho José Sartori assumiu a Diocese de Palmas em um momento extremamente delicado, tanto no aspecto religioso quanto político. A Igreja havia finalizado há pouco o Concílio Vaticano II, o que desencadeou tensões nas relações sociais e políticas na Igreja em nível de Brasil e no Paraná, tensões essas que exigiram demandas na administração eclesial de Dom Agostinho (PONGAN, 2019, p. 91).

Desse modo, uma de suas primeiras ações foi a realização e a consolidação de estruturas que promovessem reais condições de assistência e ação aos fiéis católicos que enfrentavam dificuldades, tanto sociais quanto espirituais, que se manifestavam de forma grave por toda a região. Assim, o início de seu episcopado foi marcado pela implementação das mudanças

propostas no Concílio Vaticano II², o que resultou em grande resistência por partes conservadoras da Igreja, que Dom Agostinho enfrentou com maior ênfase, devido sua inclinação à Teologia da Libertação³.

Porém, para melhor compreensão acerca da comunicação na Diocese de Palmas, é essencial refletirmos sobre o que se trata a comunicação religiosa na Igreja Católica. Conforme ALVES (2008), a comunicação na Igreja é o oposto da teologia, pois enquanto esta se atenta especificamente a doutrina, a comunicação se preocupa em como declarar, atentando-se sobre qual a melhor forma de apresentar as proposições teóricas e práticas a respeito da sua verdade, visando não sacrificar a base teológica. Partindo do princípio de que a teologia está ligada diretamente à Revelação Divina, isto é, a um grau mais elevado e soberano, a comunicação obrigatoriamente deve sempre se subordinar à teologia, pois ao contrário, corre-se o risco de provocar distorções e contradições. No Concílio Vaticano II, foi elaborado um documento sobre a comunicação religiosa, a Constituição Dogmática *Dei Verbum*, que afirma que para se ter uma comunicação através das mídias de forma válida, é imprescindível que esta esteja de consonância com o Magistério da Igreja, as Sagradas Escrituras e a Sagrada Tradição. Desta forma, o propósito da comunicação religiosa é vivenciar e dissertar sobre a doutrina para transmitir aos sujeitos que não são seus fiéis e/ou fomentar naqueles que já são; pois “para uma comunicação eficaz, os fiéis ou os crentes em potencial devem necessariamente ser atraídos pela sua forma de expressar a doutrina” (ALVES, 2008, p. 09).

Nesta perspectiva, inicialmente a comunicação tinha para a Igreja o intuito de transmissão da doutrina. Com o Concílio Vaticano II os meios de comunicação tem sua finalidade repensada e modificada, passando a serem vistos como ferramentas necessárias para expandir o alcance da transmissão de sua doutrina, bem como da mensagem de evangelização por todo o mundo. Na Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*, de 1965, é apresentada esta postura renovada da Igreja em relação a comunicação, através de uma análise sobre as mídias a partir da perspectiva cultural. E, “diferentemente do Estado, ou das indústrias de cultura, a

² Este foi o 21º Concílio Ecumênico da Igreja Católica, convocado pelo Papa João XXIII, ocorrido de 1962 a 1965. Foi considerado um dos mais importantes eventos do século XX, marcando a passagem da Igreja da Contra-Reforma e da Cristandade para a modernidade. Promoveu algumas transformações nas ações da Igreja, havendo uma grande abertura para os desafios que o mundo lhe apresentava naquele momento e avançando em direção a uma posição mais progressista, passando a reconhecer a diversidade cultural (MATTEI, 2013, p.10).

³ Teologia da Libertação é “[...] um movimento sócio eclesial que surgiu dentro da Igreja Católica na década de 1960 e que, por meio de uma análise crítica da realidade social, buscou auxiliar a população pobre e oprimida na luta por direitos. Contudo, ao proceder assim, seus adeptos chocaram-se contra o Estado, interesses econômicos e até mesmo a hierarquia da instituição Católica” (LOWY, 2000, p.62).

Igreja Católica age como produtor cultural orientada por finalidades ético-morais” (DELLA CAVA, 1991, p. 131), embasadas em sua doutrina e valores morais.

Della Cava (1991), analisou as bases que definem e fundamentam a visão da Igreja sobre o homem e a realidade social através dos meios de comunicação, e afirma que “o homem está no centro do fenômeno comunicativo e é definido por ele; a Igreja é o interlocutor privilegiado entre as culturas; a sociedade se transforma, pela comunicação, numa grande comunidade” (p. 132).

Após o Concílio Vaticano II, com a publicação, em 1971, da Instrução Pastoral *Communio et Progressio*, a Igreja Católica “desloca-se de uma postura defensiva, que procurava controlar o conteúdo das mensagens em nome de sua ordem moral, e tenta compreender este novo mundo que emerge à sombra dos sistemas de comunicação” (DELLA CAVA, 1991, p. 137). Ao perceber não ter domínio dos meios de comunicação, foi preciso reorganizar a sua prática evangelizadora. Primeiro, porque o público alvo receptor da mensagem não é mais o mesmo, pois a Igreja passa a visar, com maior força, evangelizar as culturas não-ocidentais e não-europeias, o que exigiu que sua mensagem englobasse também assuntos mais humanos e reais, indo além dos sobrenaturais e metafísicos. Outra alteração necessária, foi a aceitação da autonomia do pensamento individual e da relatividade das verdades, pois a Igreja passa a acatar a “opinião pública”, concordando e permitindo a exposição de ideias e opiniões, mesmo as que a confrontassem e a questionassem. Pois, “como corpo vivo, a Igreja necessita duma opinião pública para alimentar o diálogo entre os seus membros, condição do progresso no seu pensamento e ação” (INSTRUÇÃO PASTORAL COMMUNIO ET PROGRESSIO, Art. 115).

Neste mesmo pensamento, a Igreja reafirma a existência de uma hierarquia das ideias, sobre a qual se faz necessário distinguir as pertencentes da área da ciência, na qual se tem a liberdade e o direito de apresentar suas pesquisas e seus resultados; das ideias religiosas com a finalidade de instruir os fiéis, sendo estas as doutrinas e as verdades reconhecidas da Igreja, diante de assuntos de fé e moral.

Entretanto, é natural a tendência em seus discursos, que a Igreja disserte sobre amplas temáticas das mais variadas áreas, alegando ser necessário para uma completa orientação aos seus fiéis. E, diante da pluralidade de opiniões, cabe ao fiel discernir o que se adequa à sua fé.

Mas é somente no pontificado de João Paulo II⁴, através do documento “Ética nas comunicações sociais”, de 2000, que a Igreja assume uma postura diante dos meios de comunicações, afirmando que estes unificam e transformação a realidade e a humanidade, pois são instrumentos não só de informação, mas também de formação, principalmente para as novas gerações, que já nascem nesta sociedade condicionada pelas massas. O Papa João Paulo II, neste documento, afirma ainda que enquanto no passado eram os meios de comunicação que apresentavam ao mundo os acontecimentos, agora eles são moldados para corresponder aos seus interesses.

O fato é que o campo da comunicação é uma área muito fecunda e essencial para a Igreja Católica, seja no Brasil, seja no mundo, como ferramenta de propagar suas ideias e doutrina, ou de expor seus eventos e acontecimentos, mas sempre se deve tomar cuidado com o que se é propagado pela Igreja e colocado sobre a Igreja (PONGAN, 2019, p. 142).

Visto que,

Meios de comunicação de massa, além de serem sinais de presença da Igreja, são estratégias por onde circulam objetivos, proposições e posições, disputas e conflitos e modos de enraizamento desta instituição junto a determinados grupos ou junto à sociedade em geral. Portanto, nestes espaços travam-se diálogos constantes em torno da Igreja, de sua ideologia e de sua cultura e, também, as formas com que esta cultura pode circular ampla e constantemente pelas malhas sociais. Além disso, alguns veículos de informação de posse da Igreja surgem em conjunturas marcantes de determinados períodos da história do Brasil ou da região em que está inserida, como em caso diocesano, com o intuito de nela se posicionar e intervir respondendo aos desafios que são colocados por estas conjunturas, como também para responder a questões internas da própria instituição. E a mídia é, sem meias palavras, um veículo produtor e disseminador de informação e de cultura; age como amplo formador de opinião, pautando-se pelos seus interesses, mas também tentando conciliá-los com interesses gerais (TOSTA et. al., 2007, p.2).

Diante desta perspectiva, é que Dom Agostinho, ao longo de seu episcopado, idealizou, fundou e comandou os meios de comunicação de posse da Diocese de Palmas, que tinham por objetivo não só repassar aos fiéis as informações referentes aos acontecimentos e o cotidiano da Diocese, mas principalmente de transmitir as ideias e opiniões do bispo sobre assuntos relevantes nos aspectos social, político e espiritual. Dentre cinco emissoras de rádio e impressos mantidos pela Diocese de Palmas, destaca-se o Jornal Diocesano *Até que...*, objeto dessa pesquisa.

⁴ O papado de João Paulo II é marcado pela construção de uma Igreja Católica comprometida com a pura espiritualização dos fiéis e manutenção de princípios conservadores (PIERUTTI & PRANDI, 1997, p. 30).

HISTÓRICOS ALUSIVOS À DIOCESE E A DOM AGOSTINHO JOSÉ SARTORI - TOMO I, 2004, p. 530). Em toda edição havia a preocupação de informar e formar seus leitores sobre questões políticas, sociais, religiosas, econômicas e culturais, apresentando textos para reflexão e notícias, não só de âmbito regional e diocesano, mas abordando assuntos de interesse nacional.

Nessa pesquisa, nosso enfoque se deteve a *coluna do Pastor*, escrita pelo bispo diocesano, onde este dissertava suas opiniões sobre questões políticas de âmbito nacional e internacional. O recorte cronológico proposto refere-se ao ano de 2002, levando em consideração o fato de ser um ano de eleições à presidência da República, cujo resultado final deu a vitória do candidato Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores.

Partindo do princípio de este ser um veículo de imprensa formador de opinião dos fiéis sudoestinos, e considerando ser o objetivo desta pesquisa a análise da *coluna do Pastor* em suas abordagens políticas, será utilizada a metodologia da análise de conteúdo, pressupondo que esta seja a mais pertinente, pois nos permitirá uma análise do material de forma quantitativa e qualitativa das colunas editadas. Ao mesmo tempo em que nos possibilitará realizar uma leitura que Amorim (2008, p. 22) descreve como “além do aparente, do evidente, e, com isso, aprofundarmos a análise” deste veículo de imprensa quanto fonte de informação e formação para a população do Sudoeste do Paraná.

A POLÍTICA NO JORNAL ATÉ QUE... POR DOM AGOSTINHO JOSÉ SARTORI

Após uma ampla pesquisa no *corpus* documental nas edições do ano de 2002, do Jornal diocesano *Até que...*, percebeu-se na coluna assinada por Dom Agostinho José Sartori, que a política era um tema recorrente, tanto em abrangência nacional quanto internacional, além de visualizarmos algumas pequenas mensagens em quadros individuais soltos nas páginas seguintes, na maioria dos casos contendo orientações sobre a campanha eleitoral.

Como o nosso objetivo de pesquisa é a abordagem política feita pelo jornal diocesano e, principalmente pelo bispo Dom Agostinho José Sartori, coube a necessidade de separar o “joio do trigo”, ou seja, separar os textos sobre política dos textos que apenas apreciam esse termo, entretanto não discorriam sobre, ou ainda dos que não eram opiniões do bispo diocesano.

A amostra final foi composta pelas 12 *colunas do Pastor*, somadas a 8 pequenas mensagens que se intercalavam em boxes entre as páginas, revezando-se entre as edições. Depois dessa seleção, realizamos o que Bardin (1979) chama de leitura flutuante.

Após essa leitura, passamos à fase de analisar a coluna e as mensagens em boxes. A partir daí, realizou-se a construção dos eixos temáticos conforme o tema que unia e identificava

as matérias dentro de um mesmo grupo, sendo a unidade em comum. Estes se dividem nas categorias, estipuladas conforme os temas de maior incidência nas matérias de um mesmo eixo. As categorias se dividem ainda em subcategorias, onde as matérias ficam com suas unidades homogêneas, para uma melhor análise, conforme a tabela:

Tabela 1. Eixos temáticos e categorias.

Classes Temáticas	Categorias	Subcategorias
Eleições Nacionais	Orientações quanto ao voto	Importância do voto
		Campanha contrária à reeleição
		Exaltação da democracia
	Propostas dos candidatos	Combate a corrupção
		Distribuição de renda
		Combate a fome
	Presidente Lula	Salvador do povo que sofre
		Defensor da democracia
		Esperança diante dos problemas sociais
Movimentações da Política Externa	Antiamericanismo	Alca
		Submissão brasileira
		Identidade com a América Latina
	Terrorismo	Atentados terroristas
		Guerra do Iraque
		Campanha pela paz
	Correntes do pensamento político	Neoliberalismo
		Comunismo
		Social democracia
Questões internas	Soberania Nacional	Dignidade Nacional
		Autodeterminação dos povos
		Sistema financeiro
	Econômica	Dívida pública
		Papel do Estado
		Modelo de desenvolvimento
	Programas sociais	Distribuição de renda
		Desemprego
		Fome e miséria

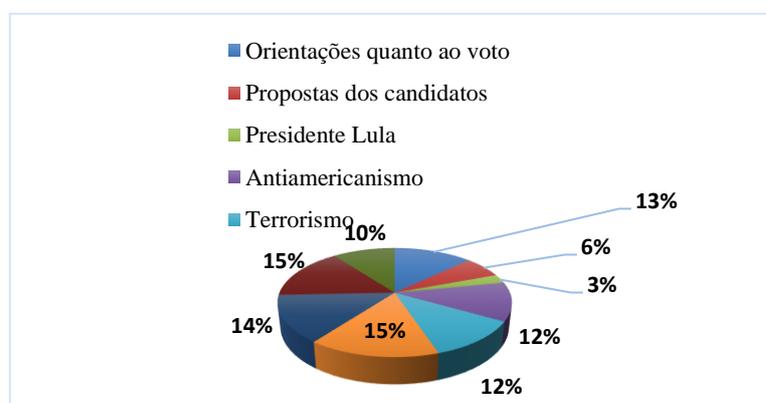
Após definidas as categorias, observou-se em quantas edições cada categoria é abordada ao longo do ano, se tem referência na capa do jornal e nas mensagens em boxes presentes de forma avulsa pelas páginas do impresso. Percebeu-se que houve uma significativa ocorrência dos temas políticos abordados na *coluna do Pastor*, na capa do jornal. Também se notou que as mensagens presentes pelas páginas, dentro de boxes coloridos, faziam referência a uma conscientização sobre o voto eleitoral, já que se estava em um ano de eleição nacional, chegando a ter três por edição, sendo exceção duas edições que abordaram terrorismo e antiamericanismo. Assim, a distribuição se deu da seguinte forma:

Tabela 2. Levantamento quantitativo das categorias em sua apresentação na estrutura do jornal

Seção Categorias	Coluna Pastor	do Capa	Mensagens
Orientações quanto ao voto	10	7	19
Propostas dos candidatos	5	2	0
Presidente Lula	2	1	0
Antiamericanismo	9	3	2
Terrorismo	9	4	3
Correntes do pensamento político	12	5	0
Soberania Nacional	11	6	0
Econômica	12	9	0
Programas sociais	8	6	0

A *coluna do Pastor* foi a seção mais recorrente em abordagem política, sendo também o objeto principal desta pesquisa, tal como exposto no gráfico a seguir:

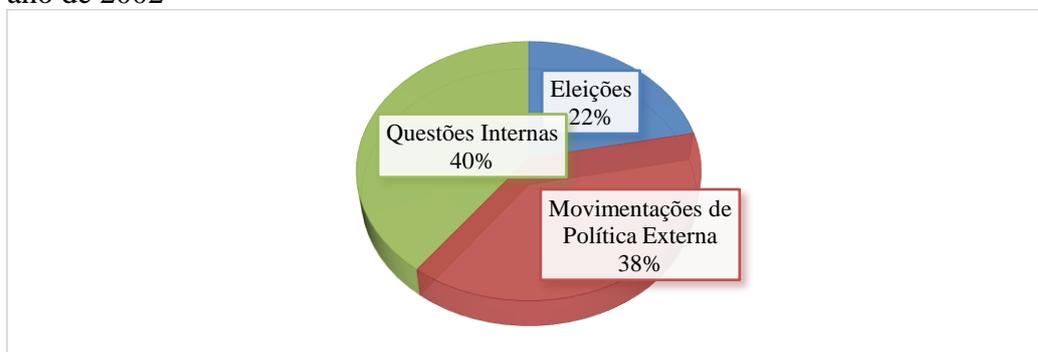
Gráfico 1. Levantamento das categorias conforme sua abordagem na Coluna do Pastor



Desse modo se tem uma noção quantitativa dos temas abordados por Dom Agostinho, em sua coluna mensal no jornal *Até que...*, a partir das categorias desenvolvidas no início da análise de conteúdo. De fato, as abordagens eram bem amplas, indo de questões nacionais a política internacional, bem distribuídas nas edições ao longo do ano. Percebe-se que “Correntes do pensamento político” e “Econômica” são as mais abordadas, assim como “Soberania Nacional”, que ficam entre 14 e 15% das *colunas do Pastor*. “Terrorismo”, “Antiamericanismo” e “Orientações quanto ao voto” vem logo em seguida com 12 e 13%, sendo também temas de forte recorrência nas edições. Já “Propostas dos candidatos” e “Presidente Lula” foram temas presentes, mas não tão enfatizados quanto os primeiros. Isso mostra que uma apresentação sobre o cenário político nacional e internacional se fez mais presente na *coluna do Pastor* do que matérias focadas em candidatos e suas propostas, focando assim em conhecimento político-econômico e sua transmissão a partir das diretrizes religiosas e particulares do bispo diocesano.

Com o gráfico abaixo, se tem a noção do índice de cada temática nestas doze edições do ano de 2002:

Gráfico 2. Levantamento da abordagem dos eixos temáticos ao longo das edições do jornal no ano de 2002



Desta forma, percebe-se, o quanto se questionou e apresentou questões políticas de âmbito nacional e internacional a partir da visão de um líder religioso. Mas por que esta escolha de temas? Por que não temas religiosos-espirituais? Qual o interesse em questões políticas internas e externas? Bom, vale lembrar que o bispo diocesano é um administrador e um político, e, neste caso, Dom Agostinho tem sob seu báculo a região Sudoeste do Paraná. Nota-se o alto índice que as questões políticas internas e externas representam nas edições mensais do jornal religioso, indo de temas como economia até soberania nacional e terrorismo.

Em 40% das edições do ano de 2002, esteve presente temas como economia, soberania nacional e problemas sociais, apresentando questões regionais e nacionais. Da mesma forma, 38% destas edições abrangiam também Movimentações de Política Externa, dialogando sobre terrorismo, antiamericanismo e correntes do pensamento político no Brasil e pelo mundo. Esses índices deixam nítido que o jornal, assim como Dom Agostinho José Sartori, trazia em suas páginas o que estava acontecendo no campo político no Brasil e no mundo, apresentando-o com um discurso carregado de opiniões, como veremos no decorrer deste artigo.

Ainda, ao longo destas 12 edições, 22% trouxeram em suas páginas orientações e diretivas sobre as eleições nacionais, lembrando que o jornal *Até que...* não trabalhava com notícias como os demais jornais regionais, mas somente com textos assinados de orientação, informação e apresentação de temas e assuntos propostos pelos autores. Portanto, mesmo sendo um ano eleitoral, onde os holofotes da imprensa estavam na corrida presidencial, o jornal *Até que...*, se limitou a textos de orientação sobre a importância do voto e mensagens de boxes, enquanto a maioria de suas edições trouxeram apresentações do cenário político nacional e internacional.

Assim, nessas doze *colunas do Pastor*, é perceptível que 13% delas tem como tema a política, visando uma conscientização política dos católicos da região Sudoeste do Paraná, principalmente através das opiniões do bispo diocesano sobre os temas que aborda, de forma opinativa, parcial e convicta. Na primeira edição, em janeiro de 2002, Dom Agostinho inicia abordando as eleições nacionais que ocorreriam em outubro, onde diz:

Devemos nos preocupar com os rumos que vêm sendo dados a Pátria com a prevalência do econômico sobre o social e o verdadeiramente humano. É de se pensar e se notar também que a subordinação do Brasil ao sistema financeiro é cada vez maior. Já dizia Nereu Ramos: “A arte da política é a arte de engolir sapos”, portanto não nos surpreendem as alianças de políticos supostamente adversários e de supostas ideologias adversas. Não devem nos surpreender e muito menos nos agradecer (Coluna do Pastor. *Até que...*, janeiro de 2002, p. 08).

E segue comentando sobre a questão da fome e finaliza criticando o projeto da ALCA – Área de Livre Comércio das Américas⁵:

⁵A ALCA - Área de Livre Comércio das Américas, nasceu de uma proposição apresentada em 1994 na Cúpula das Américas, realizada em Miami, nos Estados Unidos. Nesta reunião 34 chefes de Estado do continente americano conheceram a intenção estadunidense de formar uma área de livre comércio com todos os países americanos. O principal objetivo da proposta é a progressiva eliminação das barreiras ao comércio e ao investimento entre os países americanos com exceção de Cuba. (GUIMARÃES, 1999)

O Brasil vem sendo pressionado a aderir ao projeto da ALCA, o que só iria aumentar a submissão do país e de toda a América Latina aos interesses dos Estados Unidos e de sua economia. O Brasil precisa desvincular-se da humilhante submissão ao regime escravagista do poderio econômico dos Estados Unidos da América. Na minha opinião, e de nós todos, precisamos resgatar a confiança prevista na proclamação da autodeterminação dos povos (Coluna do Pastor. *Até que...*, janeiro de 2002, p. 08).

Deduz-se que, para uma região interiorana agrícola, um jornal de cunho religioso com tais abordagens poderia se tornar um significativo auxiliar na formação da opinião dos leitores, principalmente quando notamos na escrita de Dom Agostinho a seguinte afirmação: “na minha opinião, e de nós todos [...]”, sendo referência a opinião dos leitores, que talvez nem tivessem conhecimento ou opinião formada sobre o projeto da ALCA, mas aqui estava sendo contada como existente e levada em consideração.

Já nesta primeira edição podemos perceber a posição adotada pelo bispo diocesano quanto as eleições nacionais e, principalmente, sua crítica aos Estados Unidos, a qual irá se repetir em outras edições.

No mês de fevereiro, a *coluna do Pastor* inicia refletindo sobre a importância do processo eleitoral. Mesmo não apresentando em nenhum momento menção a partido político ou candidato em específico, fica nítida a sua inclinação por aqueles que pensam em programas sociais, visando melhorar a vida dos necessitados. “Pensemos em nossos irmãos que lutam por uma vida digna na hora do nosso voto, para que eles não sejam ainda mais prejudicados” (Coluna do Pastor. *Até que...*, fevereiro de 2002, p. 09).

Ao final, comenta sobre o terrorismo mundial, lembrando os ataques de 11 de setembro de 2001 e as tensões entre o Iraque e os Estados Unidos⁶.

Seria bom que entendêssemos que a guerra é sempre um terrorismo, assim como a tortura e a pena de morte. A nossa esperança é de que, com essas novas e trágicas lições, a humanidade queira, cada vez mais, superar os fundamentalismos, os imperialismos, os fundamentalismos religiosos e os imperialismos econômicos (Coluna do Pastor. *Até que...*, fevereiro de 2002, p. 9).

Novamente o bispo diocesano expõe uma crítica à política norte-americana. Porém, é na edição seguinte, que a sua coluna vai apresentar o que ele intitula como análise completa da realidade sócio-política brasileira, composta de severas críticas ao sistema econômico. Neste

⁶Em consequência dos atentados de 11 de setembro de 2001, os Estados Unidos entraram em uma relação de alerta e cautela contra seus possíveis inimigos, o chamado “eixo do mal”, composto por Irã, Coréia do Norte e Iraque. Estes serão alvos de uma forte campanha militar dos EUA nos anos seguintes. (KEEGAN, 1995)

afirma: “O capitalismo-neoliberalismo-globalizado sugam o corpo e alma do trabalhador, do povo necessitado” (Coluna do Pastor. *Até que...*, março de 2002, p. 7), e continua, “preocupam-se com o bicho papão do comunismo, enquanto a nova face do dragão e do leão é o capitalismo-neoliberalismo-globalizado. Este que esteve de mãos dadas com os militares na Ditadura Militar brasileira e dos demais países da América Latina” (Coluna do Pastor. *Até que...*, março de 2002, p. 7) e, encerra com “a Igreja é a única arma do povo, que ajuda este povo a ver esta erva daninha em meio ao trigo” (Coluna do Pastor. *Até que...*, março de 2002, p. 7).

Nesta, fica nítida a sua postura política, bem como sua crítica ao governo militar brasileiro de 1965, com o qual teve problemas pessoais direto em consequência de seu envolvimento com assentamentos e pela sua luta pública pela reforma agrária na região. Além de semear a afirmação que a Igreja traria aos seus fiéis a verdade, dando assim veracidade e validade às informações contidas no jornal e, principalmente, às suas ideias apresentadas.

Nas edições seguintes, novamente é abordada a questão das eleições nacionais, novamente sem fazer campanha direta a nenhum dos candidatos, mas demonstrando algumas inclinações, como na seguinte afirmação: “Não nos enganemos, é hora de mudança. Do jeito que está não podemos mais continuar. Seu voto é a nossa oportunidade” (Coluna do Pastor. *Até que...*, abril de 2002, p. 5). Lembrando que entre os que concorreram a vaga de presidente da República, destacaram-se em primeiro turno e disputaram o segundo, os candidatos José Serra (PSDB) e Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Em outros momentos, novamente Dom Agostinho irá fazer referência a questão social como algo a ser levado em consideração na hora do voto. “Lembremo-nos sempre o voto precisa incluir os irmãos menos favorecidos” (Coluna do Pastor. *Até que...*, maio de 2002, p. 4); E ainda, “graves problemas sociais nos afetam quanto país. Votemos naqueles que apresentam propostas possíveis para melhorar a vida dos que sofrem” (Coluna do Pastor. *Até que...*, maio de 2002, p. 4).

Em uma edição seguinte, o bispo diocesano irá apresentar uma reflexão mais profunda, intitulada “Eleições e Soberania”, sendo destaque inclusive na capa do impresso. Nesta ele afirma:

No capitalismo global só votam os americanos, os brasileiros não votam. [...] acham que o dinheiro compra tudo, até a dignidade dos povos e a soberania das nações. Ora, o assunto é sério demais. A dignidade nacional urge que votemos em candidatos que são nossos, não dos americanos, pois um candidato eleito por eles não teria legitimidade para governar o Brasil. Assim como não se vende a alma ao diabo, não se aliena a soberania de um país por motivos financeiros (Coluna do Pastor. *Até que...*, junho de 2002, p. 3).

A crítica aos Estados Unidos aparece novamente nesta edição, juntamente com a crítica ao sistema financeiro, a globalização e as multinacionais, em um período onde o maior capital investido vinha do exterior. Sem contar a dependência do Brasil ao capital estrangeiro, com a grande dívida externa. Aos poucos, Dom Agostinho, vai abordando estas questões de importância interna e externa, para uma melhor compreensão e conscientização política de seus leitores.

As edições de julho e agosto também foram exclusivamente voltadas à conscientização eleitoral, enquanto a de setembro e outubro não abordaram nada sobre este tema. Estas, por sua vez, carregaram amplos discursos de cunho antiamericanistas e críticas aos problemas sociais presente no país, como o alto índice de fome, desemprego, mortalidade infantil e a má distribuição de renda. Destes, destacamos: “Existe e espalha-se o grande ódio aos Estados Unidos, ao ponto de eu ver uma via-sacra encenada por jovens, onde ao lugar de Pilatos que lavava as mãos, está o presidente Bush, dizendo-se inocente das guerras no mundo” (Coluna do Pastor. *Até que...*, outubro de 2002, p. 10). Mesmo não havendo referência de onde foi tal encenação, a ideia está sendo difundida no impresso diocesano também, onde o discurso defendido pelo bispo diocesano se fortalece e se molda quanto uma ideia fidedigna.

Em todas as edições de janeiro até outubro, mês das eleições, os impressos têm em suas folhas mensagens curtas sobre a importância do voto, dentro de quadros coloridos, avulsos em páginas aleatórias, tendo até mais de um por edição. Elas se repetem entre as edições neste intervalo de tempo, e se encontram entre notícias diocesanas, de temas espirituais e até entre propagandas publicitárias. Destacam-se estas: “O voto não tem preço, mas tem consequências”; “Mudemos o Brasil a partir das eleições”; “É necessário a renovação dos legisladores em nível estadual e federal”; “O Brasil é um país possível e viável”; “O voto é nossa arma democrática” (*Até que...*, janeiro a dezembro de 2002).

Após as eleições em outubro, a capa da edição de novembro traz o título da *coluna do Pastor* em destaque: “Deus abençoe nosso presidente Lula”, onde Dom Agostinho exalta a vitória do candidato popular com discurso em defesa dos menos favorecidos. “A eleição de Lula vem coroar uma série de conquistas que começaram com a luta pelas Diretas Já” (Coluna do Pastor. *Até que...*, novembro de 2002, p. 2). O que fortalece a percepção de que havia uma campanha indireta desde as primeiras publicações sobre as eleições nacionais, favoráveis ao candidato do Partido dos Trabalhadores, considerando que o bispo diocesano tinha por característica de administração episcopal ações e defesa da reforma agrária e de políticas em

prol dos menos favorecidos, o que coincidia com o discurso político adotado pelo candidato Lula em sua campanha.

Encerrando o ano de 2002, Dom Agostinho, apresenta em sua coluna uma mensagem de natal a todos os seus fiéis e leitores, no qual apresenta a seguinte afirmação:

Feliz Natal, presidente Lula! Que você resgate a autoestima da imensa parcela de nosso povo ferido que pela exclusão social, pelo desemprego, pela miséria absoluta e pela fome. Que você possa concretizar as esperanças e os sonhos que você tão bem soube acender durante a campanha. Um abençoado 2003. (Coluna do Pastor. *Até que...*, dezembro de 2002, p. 3).

A política foi abordada nos escritos do bispo diocesano, até mesmo na mensagem de felicitações natalinas, onde apresenta suas lutas diante dos problemas político-sociais, bem como suas esperanças no futuro, no novo presidente brasileiro eleito, e as compartilha com seus fiéis leitores, repassam suas esperanças, juntamente com suas ideias, para aqueles que o viam como uma liderança, uma referência, não só religiosa, mas político-social, justamente por essa exposição de seus ideais e opiniões.

A forma como Dom Agostinho demonstra e defende suas posturas diante de questões políticas evidenciam que ele, mesmo estando a frente de uma Diocese, sabia se envolver e se apresentar neste campo, sem demonstrar medos e receios em expressar publicamente suas ideias e opiniões, bem como de transmiti-las para inúmeros leitores e fiéis que o tinham como liderança. O que podemos concluir através das “cartinhas” que os leitores enviavam ao jornal apresentando seu feedback sobre o mesmo, entre as quais se destaca:

De Francisco Beltrão escreve o grupo de colonos: Sr. Bispo Diocesano Dom Agostinho José Sartori, nós do interior de Francisco Beltrão, queremos agradecer por o Senhor nos ajudar a entender a política, porque nós que somos simples, não sabemos direito sobre essas coisas. O Senhor é a luz de Cristo, o nosso pastor, que não nos abandona, mas nos ajuda sempre. Que Deus sempre o abençoe e lhe de muitos anos pra cuidar da nossa Igreja. (Cartinhas ao Pastor. *Até que...*, dezembro de 2002, p. 13).

Essas “cartinhas” demonstram a simplicidade do povo que se referenciava em Dom Agostinho, tendo assim, uma influência ideológica a partir de seus escritos e discursos. Sua luta diante de problemas sociais ganhou adeptos a partir da sua defesa pública, envolvendo os fiéis mais humildes também nesta causa, seja como os envolvidos que viam no bispo um amigo de luta, seja como mero defensor da causa, influenciado pelo discurso do pastor que unia o

problema em nível terreno e divino, sensibilizando assim, os que não estavam diretamente envolvidos.

Destacam-se, ainda, outras “cartinhas” presentes nesta mesma edição de dezembro de 2002, como:

De Planalto escreve Constantino Libardi, que saudando Dom Agostinho, congratulase com a Comunidade pela apresentação do ABC das eleições que nos tem ajudado muito a compreender o que é a verdadeira política e que política não termina com as eleições, mais continua porque política é tudo que é feito para o bem do povo e para a total libertação do homem.

De Capanema escreve Nilvo Felipe que assim comunica: Reverendíssimo Bispo Dom Agostinho. Quem lhe escreve é o ministro iniciante da Capela de São Sebastião do município de Capanema. É a primeira que escrevo, quero agradecer o Jornal Diocesano, isto nos mostra melhor o caminho a seguir. Usamos o boletim nas reuniões de grupo, reunião do conselho pastoral e dirigentes de grupos.

Da Comunidade São Roque – Planalto – escreve as forças vivas que assim se expressam: Sr. Bispo Diocesano Dom Agostinho José Sartori, eu Geraldino Gelim e Osvaldo Ribeiro, como futuros ministros extraordinários da eucaristia da Comunidade São Roque em conjunto com a liderança da capela resolvemos escrever-lhe pedindo se fosse possível o sr. Vir em nossa comunidade para dar-nos o mandato, pois gostaríamos todos de conhecer-vos pessoalmente... sabemos que sois o bispo dos humildes, dos pobres e que luta pela libertação do povo. Toda a liderança da capela assina a cartinha. (Cartinhas ao Pastor. *Até que...*, dezembro de 2002, p. 13).

Estes relatos nos mostram o quanto o povo sudoestino, assinante do jornal, via no Bispo Diocesano uma referência não só religiosa/espiritual, mas social-política, se embasando nas suas orientações para as mais variadas questões cotidianas. Vale ressaltar, ainda, que assim como Dom Agostinho era ouvido por seu povo, o povo também era ouvido por ele, como na “cartinha” da comunidade São Roque aqui citada, resultou na ida do Bispo diocesano até a capela, assim como solicitado, tornando o Bispo uma pessoa conhecida pela sua humildade e disposição em atender os “pequenos” da diocese.

Estes “assinavam o jornal em busca de uma direção diante dos mais variados dilemas que se apresentavam, a ser dada pelo pastor” (NAZARO, 2011, p.223). Um exemplo dessa “espera” do povo pela orientação de seu pastor, é a pergunta feita através das “cartinhas” com a temática “O Bispo responde”, onde um fiel encaminhou a seguinte pergunta: “Em quem nós, católicos, devemos votar nestas eleições que se aproximam? ” (Cartinhas ao Pastor. *Até que...*, setembro de 2002, p. 06). Sendo a resposta dada por Dom Agostinho:

As eleições estão à porta. E como são importantes estas eleições. O país está cansado. A nação está farta. A bandeira está enxovalhada. É preciso mudar. Aí está a oportunidade ao alcance de nossas mãos: as eleições. Elas podem começar a passar o Brasil a limpo. Mas, em quem votar? Oportuna pergunta que merece uma satisfatória

resposta. Façamos do voto nossa arma. Assim, não se deve votar em candidatos que não se ponham a serviço da comunidade; em candidatos que não entendam da vida do povo e com o povo não queiram comprometer-se; candidatos que não tenham demonstrado honestidade na vida pessoal e no exercício de função pública; candidatos que não visem, com toda a força, a buscar e a promover o bem comum. Candidatos que se dispõem a comprar votos, que fazem promessas mirabolantes e inexequíveis, não merecem votos do eleitor cristão e do cidadão consciente. Daí a importância de se fazer uma espécie de pesquisa em torno da vida progressa de cada candidato. Vote bem, vote em candidato honesto. Se não, curtiremos por mais quatro anos, a consequência do nosso erro. E a situação continuará a mesma. (Cartinhas ao Pastor. *Até que...*, setembro de 2002, p. 06).

Talvez o fiel esperasse um nome, uma orientação direta em quem votar. Porém, a única referência próxima a isso se deu na edição às vésperas da eleição, onde se lê: “Está chegando o dia de votarmos, lembremos acima de tudo que vivemos uma grande comunidade onde somos irmãos. Assim, pensamos em nossos irmãos que lutam por uma vida digna na hora do nosso voto, para que eles não sejam mais ainda prejudicados” (Coluna do Pastor. *Até que...*, setembro de 2002, p. 06). Isso demonstra uma inclinação de Dom Agostinho por um candidato mais social, que apresente propostas voltadas aos mais pobres, e aos seus defendidos, como os indígenas e assentados. Não se pode dar exatidão há quem o Bispo diocesano estava se referindo, pois ao longo da pesquisa não encontramos nada além.

Assim, Dom Agostinho transmitiu a este povo simples do Sudoeste seu discurso com êxito, pois, falava sobre justiça e dignidade, o que conquistou aqueles que sofriam. Desta forma, percebe-se que seus discursos alcançavam e conquistavam o povo humilde, que viam o bispo como uma pessoa de boa índole, que se preocupa com o povo e, porque não, com traços divinos, afinal a Igreja define o bispo como representante de Cristo na terra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa de análise de conteúdo sobre a política abordada no jornal diocesano *Até que...*, presente na *Coluna do Pastor*, escrita pelo bispo diocesano e redator oficial do periódico, Dom Agostinho José Sartori, fica claro o uso dos meios de comunicação como sinais de presença da Igreja diocesana ao longo da região Sudoeste do Paraná, como instrumento de formação e informações dos fiéis, sendo uma ferramenta estratégica por onde circularam objetivos, proposições e posições da Igreja e do bispo diocesano voltados à sociedade em geral.

Detectou-se ainda, que esse periódico, de posse da Igreja, foi criado com intuito de intervir e se posicionar diante dos problemas político-sociais e espirituais, além de responder a

questões internas da própria instituição. Portanto, nesses espaços travam-se diálogos constantes em torno da ideologia e da cultura cristã.

Nele, Dom Agostinho dissertava de forma concisa e direta suas ideias e pensamentos, tornando público sua postura progressista, sendo um dos poucos bispos a fazê-la. Através do jornal, abordou variados assuntos, dando ênfase a abordagens de viés político, apresentando sobre política interna e externa.

Assim, é visível a importância do jornal *Até que...* na região Sudoeste do Paraná, assim como na Diocese de Palmas, como uma ferramenta de expressão e transmissão das ideias e posições de Dom Agostinho para os seus fiéis, como o “bom pastor” que orienta suas “ovelhas”, não só no âmbito espiritual religioso, como se espera de um meio de comunicação de posse religiosa diocesana, mas principalmente sobre questões políticas e sociais. É óbvio que ele fazia uso desses meios para tais fins, com plena consciência, afinal, ao longo dos anos à frente destes se manteve firme em suas palavras e ações. Desta forma, os fiéis foram sendo, aos poucos, influenciados pelas posições e opiniões de Dom Agostinho, que, foi uma referência religiosa, mas para muitos, foi também uma liderança social e política.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO DA CÚRIA DIOCESANA DE PALMAS E FRANCISCO BELTRÃO, PALMAS – PR. *Coletânea de Documentos Históricos Alusivos à Diocese e a Dom Agostinho José Sartori*. Tomo I, 2004..

ARQUIVO DA CÚRIA DIOCESANA DE PALMAS E FRANCISCO BELTRÃO: PALMAS – PR. *Jornal Até Que...* (Palmas, 1985-2017). Ano 2002.

SARTORI, Agostinho José. *Diário Pessoal*. Arquivo familiar.

ARQUIVO DA CÚRIA DIOCESANA DE PALMAS E FRANCISCO BELTRÃO: PALMAS – PR. SARTORI, Agostinho José. *Cartas Pastorais: 1970 a 2004*.

ALVES, Bernardo Veiga de Oliveira. *Comunicação e tradição em Bento XVI*. Rio de Janeiro: UFRJ/ECO, 2008. Orientador: Prof. Dr. Eduardo Refkalefsky.

AMORIM, Tade-Ane de. Nanotecnologia na imprensa: análise de conteúdo do jornal Folha de São Paulo. *Em Tese - Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC*. Florianópolis, UFSC, Vol. 4 n. 2 (2), janeiro-julho/2008, p. 20-36.

BARBOSA, Marialva. Meios de comunicação e uso do passado: temporalidades, rastros e vestígios entre Comunicação e História. In: RIBEIRO, Ana Paula Goulart; HERSCHMANN,

Micael (Org.). *Comunicação e História: interfaces e novas abordagens*. Rio de Janeiro: MauadX: Globo Universidade, p. 83-96, 2008.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo: edição revista e ampliada*. São Paulo: Edições 70, 2016.

BURKE, Peter. A comunicação na História. In: ABREU, Alzira Alves de et all. *Comunicação e História: interfaces e novas abordagens*. Rio de Janeiro: MauadX: Globo Universidade, 2008, p. 61-82.

CAPELATO, Maria Helena; PRADO Maria Ligia. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto/Edusp, 1988.

CONCÍLIO VATICANO II. Constituição Pastoral Gaudium et Spes. In: *Compêndio do Vaticano II: constituições, decretos, declarações*. Petrópolis: Vozes, 2000.

CORRÊA, Roberto Lobato. *Cidade e Região no Sudoeste Paranaense*. Revista Brasileira de Geografia. v. 32, n. 2, p. 3-155, 1970.

DARNTON, Robert; ROCHE, Daniel (Org.). *Revolução Impressa: A imprensa na França, 1775-1800*. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1996.

DELLA CAVA, Ralph. *E o Verbo se faz imagem: Igreja Católica e os meios de comunicação no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1991.

ESPIG, Márcia Janete. O uso da fonte jornalística no trabalho historiográfico: o caso do Contestado. *Estudos Ibero-Americanos*. Porto Alegre: EDIPUCRS, v. 24, n. 2, 1998.

GUIMARÃES, S. P. *Alca e Mercosul: riscos e oportunidades para o Brasil*. Brasília: IPRI, FUNAG, 1999.

KEEGAN, John. *Guerra do Iraque*. Rio de Janeiro: Bibliex Ed., 2005.

LEITE, Carlos Henrique Ferreira. História e Imprensa: a importância e a contribuição dos jornais no conhecimento histórico. *Anais do XIV Encontro Regional de História*, Universidade Estadual do Paraná, Campo Mourão, p. 822-828, 7 a 10 de outubro de 2014.

LOWY, Michel. *A guerra dos deuses: religião e política na América Latina*. Petrópolis: Vozes, 2000.

LUCA, Tânia Regina. A história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

MATTEI, R. *O Concílio Vaticano II: Uma história nunca escrita*. São Paulo: Ambientes e Costumes Editora, 2013.

MEIRELES, Magali Rezende Gouvês; CENDÓN, Beatriz Valadares. Aplicação prática dos processos de análise de conteúdo e de análise de citações em artigos relacionados às redes

neurais artificiais. *Revista Informação & Informação*. Londrina, UEL, v. 15, n. 2, p. 77 - 93, jul./dez. 2010

NAZARO, Lucy Salete Bortolini. *Dom Agostinho José Sartori: uma história singular na história de Palmas e do Sudoeste do Paraná*. Palmas/PR: Kayganguê, 2011.

OLIVEIRA, Rodrigo Santos de. A relação entre a história e a imprensa, breve história da imprensa e as origens da imprensa no Brasil (1808-1930). *Revista Historiæ*, Rio Grande, v. 2 (3), p. 125-142, 2011.

PONGAN, Pâmela. *A política sob o Báculo: Dom Agostinho no comando da Diocese de Palmas – Francisco Beltrão (1970-2005)*. 2019. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo.

REMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Fundação Getúlio Vargas, 1997.

SARTORI, Agostinho José. *Voz escrita de Dom Agostinho*. Francisco Beltrão: Berzon, 2008

TOSTA, Sandra Pereira; BALLESTOS, Alexia; GUERRA, Luciana. Jornal de Opinião: história e identidade da imprensa católica em Minas Gerais. *Anais do V Congresso Nacional de História da Mídia*, Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, São Paulo, 31 maio a 02 de junho de 2007.

VALENTIM, M. L. P. *Métodos qualitativos de pesquisa em Ciência da Informação*. São Paulo: Polis, 2005, p. 176.

ZICMAN, René Barata. História a través da imprensa – algumas considerações metodológicas. *Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História do Departamento de História da PUCSP*, São Paulo, PUCSP, n. 4, 1985.